



Plenário mantém repasses atuais da União aos municípios

Regra aprovada ontem determina que a divisão dos recursos pelos próximos dois anos utilize dados de 2018, enquanto o IBGE não refizer o cálculo populacional do país

Marcos Oliveira/Agência Senado



Entre Cássio Cunha Lima e José Maranhão, Eunício Oliveira comanda a sessão plenária que manteve os dados de 2018 para o cálculo de repasse do FPM até 2020

O Plenário do Senado aprovou ontem, com 49 votos favoráveis e 8 contrários, a proposta que fixa os coeficientes de divisão do Fundo de Participação dos Municípios até 2020. O texto segue para sanção.

A proposta determina que o rateio do fundo seja mantido conforme os números usados em 2018, até que o IBGE elabore um novo censo demográfico, o que só deve ocorrer em 2020.

O objetivo do projeto é impedir que reduções populacionais em mais da metade dos municípios do país diminuam os repasses da União. **3**

Plantio urbano de orgânicos passa em comissão 7

Minha Casa, Minha Vida pode ter regra ambiental 2

Quem adotar adolescentes deve ter novos direitos 4

Erva-mate terá política nacional específica 3

Concessão da Transnordestina é questionada 5

Adiada análise de relatórios do Orçamento 2019

A análise dos dois últimos relatórios setoriais do Orçamento de 2019, o de Transportes e o de Defesa e Justiça, foi adiada pela Comissão Mista de Orçamento. Com isso, o prazo para votar a lei orçamentária, incluindo eventuais alterações a pedido do próximo governo, ficou mais curto. O Congresso tem até o dia 22 para concluir a votação. **5**

Vai a Plenário prazo para governo apresentar plano agrícola

O governo federal terá até o dia 15 de abril de cada ano para apresentar ao Congresso o Plano Agrícola e Pecuário, com dados das safras do ano corrente e do subsequente. É o que prevê um projeto aprovado ontem na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. A proposta segue para o Plenário.

O prazo proposto é o mesmo previsto para o Executivo encaminhar a Lei de Diretrizes Orçamentárias. **6**



Plenário da comissão durante a análise do texto que fixa prazo para o Executivo apresentar o plano ao Congresso

Marcos Oliveira/Agência Senado

Avança proposta que dificulta exclusão de empresa do Refis

Projeto que proíbe a exclusão de pessoas jurídicas adimplentes do Refis, programa de regularização tributária, foi aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos. O relator, Valdir Raupp, explicou que regras infralegais excluem empresas que pagam parcelas de pequeno valor.

Pela proposta, que segue para Plenário em regime de urgência, a empresa deve permanecer como devedora até o pagamento total da dívida. **4**



Armando Monteiro, Tasso Jereissati, presidente da CAE, e Garibaldi Alves Filho em reunião na qual o texto foi aprovado

Edilson Rodrigues/Agência Senado

Profissionais da educação podem receber abono

A Comissão de Assuntos Econômicos aprovou ontem projeto que dá abono aos profissionais da educação básica quando 60% dos recursos do Fundeb não tiverem sido usados para pagar pessoal.

A proposta, que segue para análise da Comissão de Educação em caráter terminativo, vale para professores e demais profissionais da área. **8**

Debate pede mais recursos para a segurança pública

Na Comissão de Assuntos Econômicos, que analisa este ano as políticas públicas para o setor, debatedores defenderam ampliação do orçamento

OS CONVIDADOS DE audiência na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) foram unânimes em cobrar mais investimentos para a segurança pública. O debate tratou da questão orçamentária e dos reflexos econômicos da crise da segurança pública. A relação entre orçamento, economia e segurança pública é o enfoque da comissão este ano na avaliação da política pública federal para o setor de segurança.

O secretário da Segurança Pública do estado de São Paulo, Máximo Alves Barbosa Filho, disse que o orçamento do setor é insuficiente. Apesar de São Paulo ser o estado mais rico e de ter melhorado os índices relacionados à segurança nos últimos anos, afirmou o secretário, as demandas são maiores do que o orçamento de R\$ 21 bilhões por ano permite atender.

Barbosa defendeu a manutenção de um ministério dedicado ao setor. Ele ressaltou que outros estados têm ainda mais dificuldades que São Paulo.

Assessor especial do Ministério de Segurança Pública, Luiz Alberto D'Ávila registrou que a pasta tem um orçamento



Máximo Alves Barbosa Filho, Garibaldi Alves Filho e Luiz Alberto D'Ávila

de R\$ 3,3 bilhões. Segundo ele, os estados destinam 90% dos recursos da segurança pública para pagamento de pessoal. Apenas cerca de 6% se destinam a investimentos.

D'Ávila disse reconhecer que a crise orçamentária afeta o setor. Porém, afirmou, esse aspecto é "de mão dupla", pois a crise de segurança também afeta a economia, afastando investidores e criando demandas na área de saúde. Para ele, o direcionamento de recursos das loterias para a segurança, tratado na MP 846/2018, é uma decisão acertada do governo. A medida foi aprovada pelo Senado há duas semanas.

Relator da avaliação das políticas públicas que envolvem economia e segurança pública, Armando Monteiro (PTB-PE) destacou que o custo da violência no Brasil representa 6% do produto interno bruto (PIB). O senador acrescentou que as empresas deixam de investir R\$ 130 bilhões na

produção industrial, valor que é desviado para segurança privada ou perdido em ações criminosas como vandalismo e roubos.

A audiência foi comandada pelo vice-presidente da CAE, Garibaldi Alves Filho (MDB-RN). O presidente da comissão, Tasso Jereissati (PSDB-CE), ressaltou a importância da inteligência e do gerenciamento de dados na área de segurança pública.

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) cobrou a aprovação do projeto que determina que os recursos do Orçamento da União destinados para a segurança pública não sejam objeto de limitação de empenho e movimentação financeira (PLS 90/2007). De iniciativa do próprio Flexa, o projeto aguarda aprovação na Câmara. O senador lembrou que a MP 846, da qual foi relator, veda o contingenciamento de recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública.

Vanessa lamenta fechamento da Pepsi na Zona Franca de Manaus

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) lamentou a decisão da Pepsi-Cola de retirar sua fábrica de produção de concentrados da Zona Franca de Manaus. A senadora disse que tudo indica que outras empresas do setor farão o mesmo, diante da decisão do governo Michel Temer de eliminar todos os incentivos fiscais para as companhias dedicadas à produção de bebidas.

— Não nos resta alternativa a não ser fazer um apelo, um apelo ao Poder Executivo, ao senhor Michel Temer, para que reveja a sua posição.



Vanessa Grazziotin

Julgamento pode mudar eleições no Amapá, afirma Capiberibe

João Capiberibe (PSB-AP) informou em Plenário que o Superior Tribunal de Justiça (STJ) incluiu na pauta de hoje o julgamento do governador do Amapá, Waldemar Góes, acusado de desvio de recursos de empréstimos consignados feitos pelos servidores públicos do estado em 2009 e 2010.

— Se condenado, teremos nova eleição. Se absolvido, o governador poderá governar com tranquilidade. Então, é importante que se conclua o julgamento — afirmou o senador.



João Capiberibe

Para Medeiros, presidente militar não é razão para pessimismo

José Medeiros (Pode-MT) disse que não há motivos para pessimismo pelo fato de o presidente eleito, Jair Bolsonaro, ter tido carreira militar. O senador lembrou que esta é a quarta vez que um militar é eleito presidente da República. Segundo ele, Bolsonaro terá grandes desafios quando assumir.

— Ainda temos muitos pontos de estrangulamento na economia brasileira. E precisamos reduzir o custo Brasil. Faço votos que o futuro presidente Jair Bolsonaro tenha sucesso.



José Medeiros

Telmário Mota apoia indicação de Damares Alves para ministério

Telmário Mota (PTB-RR) apoiou ontem em Plenário a nomeação da advogada e pastora evangélica Damares Alves para o cargo de ministra das mulheres, família e direitos humanos. Servidora do Senado, Damares Alves, disse ele, possui também formação em pedagogia. O presidente eleito, Jair Bolsonaro, adiantou que pode nomeá-la para o ministério a ser criado. Telmário destacou que Damares milita em defesa dos povos tradicionais, como ciganos e indígenas, e é assessora jurídica da Frente Parlamentar em Defesa da Família.



Telmário Mota

Aprovada adequação ambiental no Programa Minha Casa, Minha Vida

A Comissão de Meio Ambiente (CMA) aprovou ontem projeto que prevê incentivo à organização social e produtiva nas casas e apartamentos do Programa Minha Casa, Minha Vida. A proposta (PLC 34/2018) busca o reaproveitamento da água da chuva, reciclagem de resíduos sólidos e geração de energia no telhado. Também propõe que as habitações sirvam de ponto de trabalho do morador.

Atualmente, a Lei do programa (Lei 11.977, de 2009) só estabelece que o projeto de empreendimento tenha adequação ambiental, sem maiores especificações. A norma também não fala sobre espaço para atividades comuns de lazer ou profissionais.

O texto aprovado pela CMA sana essas lacunas ao prever incentivo para construção de áreas de lazer, cultura, esporte e formação e espaço físico para empreendimentos para gerar trabalho e renda, como cooperativas.

No relatório, José Medeiros (Pode-MT) considerou que as

medidas contidas no projeto deverão gerar benefícios ambientais e econômicos para a comunidade.

Para o senador, a proposta tem muitos méritos, como reduzir as faturas de água e luz. "O aumento no custo de construção seria tranquilamente compensado com a redução dessas despesas mensais no médio e longo prazo. A União ainda poderia suportar parte do custo de implantação, como já vem fazendo no caso da geração de energia solar", defende no texto.

O próprio senador apresentou emenda que prevê norma de funcionamento dos empreendimentos individuais nos conjuntos habitacionais. Segundo ele, sem limites e regulamentação os imóveis poderiam perder essa característica de moradia para famílias de baixa renda.

O texto, da ex-deputada Moema Gramacho, foi aprovado na Câmara no final de 2017 e agora segue pra Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR).

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



- CAS Avaliação de UTIs**
9h Na pauta, proposta que estabelece avaliação de UTIs. Depois, análise do relatório de avaliação de política pública.
- CCT Telecomunicações**
9h Texto sobre serviços de telecomunicações está na pauta.
- CDR Semiárido**
9h Projeto sobre inclusão de municípios no semiárido é um dos itens.
- CAE Presidente do Banco Central**
10h Audiência com Ilan Goldfajn.
- CCI Cartórios do Distrito Federal**
10h Na pauta, texto que aumenta valor das taxas nos cartórios do Distrito Federal.
- CDH Novo nome para a Funai**
10h A mudança do nome da Funai para Fundação Nacional dos Povos Indígenas é um dos itens.
- CMO Relatórios setoriais**
10h/12h/14h30/16h Análise de relatórios setoriais do Orçamento.
- CRE Embaixador na Síria**
10h Indicação de embaixador para a Síria. Depois, texto sobre o cumprimento de sanções do Conselho de Segurança das Nações Unidas.
- CTFC Concorrência desleal**
11h Audiência para discutir o PLS 284/2017, que pune concorrência desleal.
- PLENÁRIO Sessão deliberativa**
14h Projeto que autoriza empréstimo do BID à cidade de São Paulo abre a pauta.
- MP 850/2018 Agência para museus**
14h30 A comissão da MP que cria a Agência Brasileira de Museus analisa relatório.
- MP 852/2018 Imóveis do INSS**
14h30 A comissão da MP que transfere imóveis do INSS para a União analisa relatório.
- MP 856/2018 Eletrobras**
14h30 Instalação da comissão da MP sobre venda de distribuidoras da Eletrobras, com eleição de presidente e vice.
- MP 858/2018 Alcântara Cyclone Space**
14h40 Instalação da comissão da MP que extingue a empresa binacional Alcântara Cyclone Space, com eleição de presidente e vice.
- CMA Áreas de preservação permanente**
15h45 Texto que delega a municípios definição de área de preservação permanente em área urbana está na pauta.

Previsão atualizada às 18h de ontem pela Secretaria-Geral da Mesa e Secretaria de Comissões

SESSÃO ON-LINE

- Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>
- Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

AUDIÊNCIAS INTERATIVAS

- Participe: <http://bit.ly/audienciainterativa>
- Alô Senado: 0800 612211
- Acompanhe: Portal e-Cidadania: senado.leg.br/ecidadania
- Facebook: [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • Twitter: [@agencia_senado](https://twitter.com/agencia_senado)
- TV: senado.leg.br/TV

Senado mantém atuais repasses a municípios

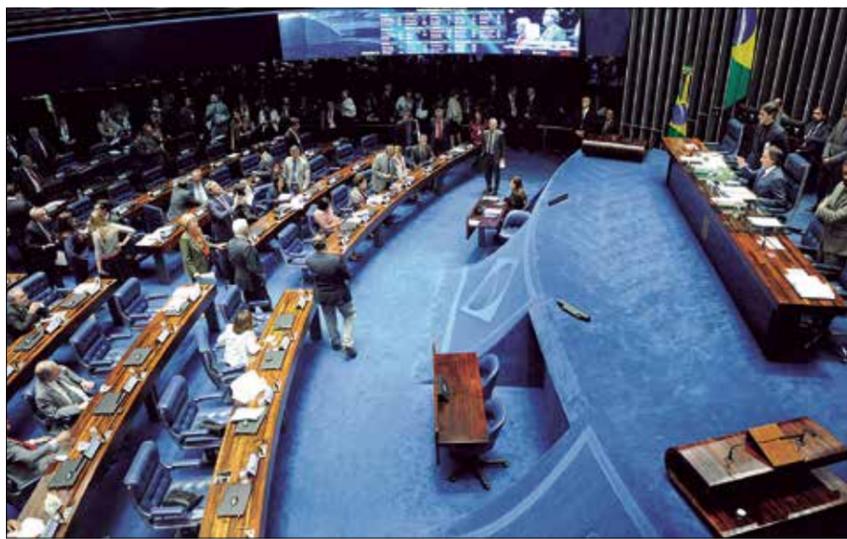
Projeto aprovado determina que a divisão de recursos do Fundo de Participação dos Municípios permaneça conforme índices de 2018 até que o IBGE refaça o cálculo populacional

COM 49 VOTOS a favor e 8 contra, o Plenário aprovou ontem o projeto que fixa os coeficientes de rateio do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) até 2020. O texto segue para sanção presidencial.

O PLC 124/2018—Complementar determina que a divisão dos recursos do fundo permaneça conforme o exercício de 2018 até que os dados para seu cálculo sejam atualizados com base em um novo censo demográfico do IBGE, o que só deve ocorrer em 2020. A proposta pretende impedir que reduções populacionais em mais da metade dos municípios do país levem a redução dos repasses via FPM.

Em 2018, o IBGE fez um cálculo estimativo indicando que a população brasileira passou de 207.706.355 para 208.494.900 pessoas, um aumento de 0,38%. Quando tiveram seus dados comparados com os do ano anterior, 2.933 municípios (52,7%) apresentaram redução populacional e 2.626 (47,1%) tiveram crescimento. Apenas 11, ou 0,2%, permaneceram sem mudanças. A cada ano, o IBGE faz os cálculos e o Tribunal de Contas da União (TCU) sanciona, determinando ao Tesouro Nacional qual índice deve ser usado para repartição dos recursos do FPM.

Do total de municípios com alteração



Texto aprovado pelos senadores em Plenário impede mudança em valor de repasse do fundo

de população, 135 tiveram redução no coeficiente. A Bahia é o estado com o maior número de reduções (56), seguida por Paraná (15), Minas Gerais (13) e Rio Grande do Sul (13). Pelo lado do aumento de recursos, 105 municípios receberiam proporcionalmente mais, pois o total a ser repartido não muda somente em razão da flutuação da população entre as cidades e, sim, em razão do total arrecadado por tributos da União. Nesse caso, entre os estados com mais municípios contemplados por aumento do índice destacam-se

São Paulo (15), Rio Grande do Sul (14), Pará (13) e Rio de Janeiro (11).

O IBGE refaz a estimativa populacional com base em projeção matemática, pois não é possível fazer um censo completo anualmente devido aos custos. A metodologia adotada para estimar os contingentes populacionais dos municípios brasileiros baseia-se na relação da tendência de crescimento populacional do município, observada entre dois censos demográficos consecutivos, com a tendência de crescimento do estado.

Vários senadores apoiaram a aprovação da proposta, como Ana Amélia (PP-RS), Otto Alencar (PSD-BA), Fátima Bezerra (PT-RN), Lídice da Mata (PSB-BA), Cidinho Santos (PR-MT) e Walter Pinheiro (sem partido-BA). Os que se posicionaram contra alegaram que municípios de seus estados poderiam perder recursos, como Lindbergh Farias (PT-RJ), Jorge Viana (PT-AC) e Telmário Mota (PTB-RR).

O projeto recebeu parecer favorável de Rose de Freitas (Pode-ES), que assumiu a relatoria em Plenário em substituição à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Ana Amélia disse que o projeto teve apoio da Confederação Nacional dos Municípios (CNM).

Os fundos de participação são recursos repassados pela União a estados, municípios e Distrito Federal, conhecidos também como transferências constitucionais. São repasses de parcelas das receitas federais arrecadadas pela União. Entre eles, além do FPM, estão Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE), Fundo de Compensação pela Exportação de Produtos Industrializados (FPEX), e Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).

Com Agência Câmara

Sem acordo, votação da cessão onerosa é adiada

A votação do projeto que autoriza a Petrobras a transferir a empresas privadas até 70% dos direitos de exploração do pré-sal na Bacia de Santos (SP) foi adiada pelo presidente do Senado, Eunício Oliveira, até que haja um acordo que assegure o repasse de recursos do petróleo para estados e municípios. A proposta está na pauta do Plenário desde 6 de novembro.

O líder do governo no Senado, Romero Jucá (MDB-RR), admitiu que o Palácio do Planalto ainda não tem uma “construção técnica”

para garantir a transferência a partir de 2019. Isso porque a Emenda Constitucional 95, que limita despesas da União, impede a transferência do dinheiro para estados e municípios.

— A decisão política de partilhar os recursos já foi tomada pelo atual e pelo próximo governo. O que temos que discutir agora é como isso se dará — disse Romero.

O governador do Ceará, Camilo Santana, participou ontem do Fórum dos Governadores do Nordeste, em Brasília, e defendeu que

estados e municípios recebam 20% dos bônus de assinatura do pré-sal na Bacia de Santos, estimados em R\$ 100 bilhões. Para ele, o teto não impede o repasse.

— O impasse estaria hoje no Ministério da Fazenda, alegando que isso iria influenciar o teto de gastos, coisa que nós questionamos porque os recursos que vão diretamente para o FPM [Fundo de Participação dos Municípios] e para o FPE [Fundo de Participação dos Estados] não passam pelo teto. Queremos 10% para estados e 10% para municípios.

Política Nacional da Erva-Mate é aprovada e segue para sanção

O Senado aprovou ontem projeto que institui a Política Nacional da Erva-Mate. O texto do deputado Afonso Hamm (PP-RS) propõe medidas como a oferta de linhas de crédito e o financiamento em condições favoráveis para a produção, industrialização e comercialização do produto. O PLC 72/2017 segue para análise presidencial.

A proposta prevê assistência técnica e extensão rural de qualidade, especialmente aos agricultores familiares e

aos pequenos e médios produtores. Também deverão ser estimulados investimentos em inovação tecnológica da produção e da industrialização, com foco no aumento da produtividade e da qualidade e na ampliação do mercado consumidor.

De acordo com a relatora na Comissão de Agricultura (CRA), Ana Amélia (PP-RS), a erva-mate é o principal produto florestal não madeireiro da Região Sul e gera renda para 180 mil produtores familiares.

Projeto que permitiria nepotismo em estatais é retirado de pauta

O presidente do Senado, Eunício Oliveira, retirou ontem da pauta de votações o projeto que regulamenta a atuação das agências reguladoras. Ele considerou que o PLS 52/2013, conhecido como projeto da Lei Geral das Agências Reguladoras, recebeu alterações no substitutivo aprovado pela Câmara dos Deputados que podem “desfigurar” a Lei de Responsabilidade das Estatais (Lei 13.303, de 2016).

O projeto, do próprio Eunício, recebeu emenda na comissão mista que permitiria a indicação de parentes até o terceiro grau de autoridades para o conselho de administração e a diretoria de empresas estatais com receita

operacional bruta maior que R\$ 90 milhões.

— Não merece ser incluída outra matéria que não diga respeito à regulamentação das agências. A mudança na Lei de Responsabilidade das Estatais foi incorporada nessa proposta indevidamente, inadequadamente, do meu ponto de vista — disse Eunício.

Em Plenário, Eduardo Braga (MDB-AM) considerou fundamental a preservação da Lei das Estatais, ainda que, em sua opinião, a decisão de retirar o projeto da pauta coubesse ao Plenário e não ao presidente da Casa.

O senador Renan Calheiros (MDB-AL) lamentou que a proibição do emprego de

parentes de políticos venha sendo descumprida pelo Executivo. Se o dispositivo de revogação incluído no projeto de Eunício for aprovado, parentes de ministros, de dirigentes partidários ou de legisladores poderão participar do controle dessas empresas, assim como outras pessoas que tenham atuado na estrutura decisória de partido político ou em campanha eleitoral nos últimos 36 meses anteriores à nomeação.

Críticas

Tasso Jereissati (PSDB-CE) acusou a Câmara de ter incluído um “jabuti” (assunto destoante da proposta) prejudicial à moralidade pública. Simone Tebet (MDB-MS) acrescentou

críticas à tentativa de derrubar a quarentena de sócios e executivos de empresas sob fiscalização das agências reguladoras, situação que, segundo ela, “coloca a raposa dentro do galinheiro”.

— Qualquer dono, gerente ou administrador dessas empresas poderá ser indicado como membro do conselho das agências reguladoras — disse a senadora.

Aprovado pelo Senado em 2016, o PLS 52/2013 uniformiza detalhes do funcionamento das agências reguladoras, como número de membros e mandato, criando ainda um mecanismo para aferir as consequências de possíveis decisões.

RÁPIDAS

EMBAIXADA DO BRASIL EM BELARUS TERÁ NOVO TITULAR

O Senado aprovou ontem a indicação de Paulo Fernando Dias Feres para o cargo de embaixador do Brasil em Belarus. A indicação foi aprovada com 50 votos favoráveis, 2 contrários e 2 abstenções. O indicado é ministro de segunda classe do Itamaraty e serviu nas embaixadas em Pretória, Tóquio, Berlim, Santiago e Lisboa.

COOPERAÇÃO ENTRE BRASIL E ARMÊNIA É RATIFICADA

O Plenário ratificou ontem um acordo de cooperação educacional firmado entre o Brasil e a República da Armênia em 2016. O objetivo é estabelecer contato e cooperação entre as universidades dos dois países e facilitar o intercâmbio de estudantes, palestrantes, cientistas e especialistas para desenvolver e ampliar programas de pesquisa.

Texto dificulta exclusão de empresas do Refis

Projeto aprovado na Comissão de Assuntos Econômicos proíbe que pessoas jurídicas adimplentes e de boa-fé sejam excluídas do programa. Texto segue para o Plenário

A COMISSÃO DE Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem projeto que proíbe a exclusão de pessoas jurídicas adimplentes e de boa-fé do Refis, programa de regularização tributária.

Do deputado Jutahy Junior (PSDB-BA), o PLC 115/2018 modifica a lei que instituiu o Refis para proibir que pessoas jurídicas sejam excluídas, caso estejam adimplentes, a parcela paga seja de pequeno valor e estejam de boa-fé. O projeto estabelece ainda que a situação dessas pessoas deve permanecer como a de devedoras até o pagamento total da dívida.

Para o relator, Valdir Raupp (MDB-RO), a proposta é justa,

pois o avanço de regulamentação infralegal sobre os dispositivos legais é indevido e tem causado insegurança jurídica. Ele se refere a um ato editado pela administração tributária que estabelece condição fora da lei para a exclusão do Refis.

“A pessoa jurídica que esteja adimplente e norteada pela boa-fé, mediante recolhimento de parcelas mensais calculadas com base em seu faturamento, não pode ser penalizada pelo valor eventualmente baixo de cada prestação, pois se trata de possibilidade decorrente das próprias disposições do programa”, argumenta Raupp.

A proposta segue para o Plenário em regime de urgência.



Para o relator, Valdir Raupp, a proposta dá mais segurança jurídica à empresa que esteja em dia com o Refis

Edilson Rodrigues/Agência Senado

Avança licença-maternidade em adoção de jovens

O direito de receber salário e licença-maternidade para quem adotar ou obtiver guarda judicial de adolescentes foi aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). O PLS 143/2016, do senador Telmário Mota (PTB-RR), garante os benefícios nos casos de adoção de adolescentes de qualquer idade até os 18 anos. A proposta será agora analisada pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Pela legislação atual, o direito aos auxílios só é concedido nos casos de adoção de crianças de até 12 anos. O texto estende para os adotantes de

adolescentes a garantia ao salário-maternidade durante 120 dias (cerca de quatro meses) e da licença-maternidade por igual período ou até seis meses para as servidoras públicas.

A proposta foi relatada por Rose de Freitas (Pode-ES), que se manifestou a favor. Para ela, o texto é um avanço no sentido de “eliminar a discriminação entre mãe natural e mãe adotiva e, ainda, conceder igualdade de tratamento entre filhos biológicos e adotivos”.

O projeto estava em análise na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), onde recebeu voto favorável da relatora, Regina

Sousa (PT-PI). No entanto, requerimento do senador licenciado Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) solicitou que o texto fosse analisado antes na CAE.

Segundo Regina, as definições da proposta encontram amparo na Constituição, pois é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem o direito à convivência familiar e comunitária.

Se for aprovado em decisão terminativa pela CAS e não houver recurso para votação em Plenário, o projeto segue para a Câmara dos Deputados.

Novas tecnologias podem baixar spread bancário, avalia comissão

As inovações tecnológicas podem reduzir os *spreads* bancários. O aumento da concorrência, a maior velocidade nas transações e a redução dos custos são vantagens a favor dos consumidores. O diagnóstico está no relatório *Inovação e Competição: novos caminhos para redução dos spreads bancários*, apresentado ontem por Armando Monteiro (PTB-PE) e aprovado pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

O *spread* é a diferença entre o que um banco paga para captar dinheiro e o que cobra para emprestar esse dinheiro e, no Brasil, é um dos mais altos do mundo. Os bancos culpam os altos níveis de inadimplência, de carga tributária e de despesas administrativas no país.

Nesse contexto, diz Armando, ganham relevância as *fintechs* — termo que junta as palavras em inglês para finanças e tecnologia — que oferecem serviços financeiros específicos em ambiente virtual. Segundo a agência Moody's, no Brasil as *fintechs* cresceram 648% nos últimos três anos, passando de 54 para 404.

O relatório aprovado faz uma série de sugestões aos órgãos do governo e ao próprio Parlamento. Armando cobrou, por exemplo, a aprovação do Cadastro Positivo (PLS 212/2017), que já passou pelo Senado e está na Câmara dos Deputados.

— Esta proposição pode contribuir para uma redução expressiva do *spread* bancário, ao permitir que *fintechs* tenham acesso a informações bancárias que atualmente são monopólio dos grandes bancos.

Outro projeto defendido pelo senador é o PLS 102/2007, que atualiza as regras do sistema financeiro e permite que bancos estrangeiros operem no país.

O relatório foi elaborado por um grupo de trabalho da CAE sobre reformas microeconômicas para melhorar o ambiente de negócios.

— Pela inovação tecnológica e pelas novas formas de prestação de serviço financeiro, finalmente é possível imaginar um ambiente mais permeável à competição e à concorrência — afirmou o presidente do colegiado, Tasso Jereissati (PSDB-CE).

Publicação de documento de empresa pode mudar

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem projeto que dispensa companhias fechadas (sem ações negociadas em bolsa) com menos de 20 acionistas e patrimônio líquido de até R\$ 10 milhões de publicar edital para convocar assembleia e documentos exigidos da diretoria, como os balanços. O Projeto de Lei do Senado (PLS) 286/2015 vai ao Plenário.

A Lei das Sociedades Anônimas (Lei 6.404, de 1976) dispensa de publicação as

empresas com menos de 20 acionistas e patrimônio líquido de até R\$ 1 milhão.

Os senadores já haviam aprovado no ano passado a proposta, do senador Ronaldo Caiado (DEM-GO), mas durante a análise na Câmara os deputados incluíram uma emenda, que agora foi acatada pela CAE. A emenda da Câmara dos Deputados autoriza as companhias abertas (com ações negociadas em bolsa) a publicar na internet a versão completa dos documentos que

é obrigada a divulgar, ficando para os jornais apenas a publicação da versão resumida.

As regras passam a valer em 1º de janeiro de 2022. Para o relator na CAE, Tasso Jereissati (PSDB-CE), as medidas vão reduzir os custos operacionais das empresas e a burocracia.

— A emenda tem por objetivo simplificar a publicidade dos atos societários da sociedade anônima, dispensando a publicação integral impressa em jornal de grande circulação e na imprensa oficial.

RÁPIDAS

COMISSÃO AUTORIZA EMPRÉSTIMO EXTERNO PARA CAPITAL PAULISTA

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou a contratação de empréstimo externo no valor de até US\$ 100 milhões entre o município de São Paulo e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). O contrato terá garantia da União (MSF 113/2018).

Os recursos se destinam à reestruturação das redes assistenciais de saúde do município, dentro do Programa Avança São Paulo. Flexa Ribeiro (PSDB-PA) relatou a proposta, que segue para Plenário em regime de urgência.

PROGRAMAÇÃO MONETÁRIA É APROVADA EM COLEGIADO

A programação monetária do Banco Central para o primeiro trimestre de 2018 também foi aprovada ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos. Os parlamentares têm agora dez dias para analisá-la. Se não for rejeitada, a mensagem é considerada automaticamente aprovada pelo Congresso. A mensagem é dividida em: perspectivas para evolução da economia, evolução dos agregados monetários e metas de evolução para 2018. O senador José Agripino (DEM-RN) foi o relator.

PARÁ PODERÁ CONTRATAR CRÉDITO EXTERNO DE US\$ 135,1 MILHÕES

O Pará poderá contratar empréstimos de até US\$ 135,1 milhões para investir na modernização da gestão fiscal do estado e na infraestrutura dos municípios. O Plenário aprovou ontem três mensagens que autorizam a contratação de operação de crédito externo entre o governo do Pará e organismos internacionais. Também ontem as mensagens, relatadas por Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), foram aprovadas na Comissão de Assuntos Econômicos. Os textos vão à promulgação.

COLEGIADO APROVA DATA PARA LEMBRAR O RIO PARAÍBA DO SUL

A Comissão de Educação aprovou ontem o projeto do deputado Marcio Alvino (PR-SP) que estabelece a data de 23 de setembro como o Dia da Nascente do Rio Paraíba do Sul (PLC 40/2018). A análise da proposta segue agora ao Plenário do Senado. A data de 23 de setembro é uma alusão a esse dia em 2001, quando foi criado o Movimento Nascentes do Paraíba do Sul. O relatório de Marta Suplicy (MDB-SP) foi lido por Maria do Carmo Alves (DEM-SE).

INCLUSÃO DE ULYSSES COMO HERÓI DA PÁTRIA SEGUE PARA PLENÁRIO

A Comissão de Educação (CE) aprovou proposta que inclui o nome do ex-presidente da Assembleia Nacional Constituinte, Ulysses Guimarães, no *Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria* (PLC 39/2018). O relatório pela aprovação foi feito por João Alberto Souza (MDB-MA) e lido por Regina Sousa (PT-PI). O texto lembra que Ulysses elegeu-se pela primeira vez deputado federal por São Paulo em 1951, conseguindo depois 10 reeleições sucessivas, exercendo mandatos até sua morte, em 1992.

Senadores pedem fim de concessão de ferrovia

A concessionária responsável pela Transnordestina calcula que será preciso gastar mais R\$ 6,7 bilhões nas obras, que só devem ser concluídas em 2027

EM AUDIÊNCIA ONTEM na Comissão de Infraestrutura (CI), senadores defenderam a declaração de caducidade da concessão das obras da Ferrovia Transnordestina, o que levaria o projeto a ser tocado pelo governo federal, e não mais pela concessionária.

A ferrovia requer investimentos adicionais de R\$ 6,7 bilhões e só deve ficar pronta em 2027, com uma década de atraso sobre o cronograma definido em 2013, última negociação contratual. A previsão foi apresentada na audiência pela Transnordestina Logística, empresa responsável pela obra.

A concessão foi feita em 1997, ainda na gestão do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso. Já as obras, projetadas para ligar os portos de Pecém (CE) ao de Suape (PE), além de parte do Piauí, foram iniciadas em 2006, mas estão paradas desde 2017 por conta de indícios de irregularidades



Fernando Bezerra Coelho (E) e Armando Monteiro (à mesa, no centro), que presidiu audiência sobre a ferrovia

flagrados pelo Tribunal de Contas da União (TCU).

Cerca de R\$ 6,3 bilhões já foram investidos em mais de 10 anos, com estágio de conclusão de 52%. De acordo com a concessionária Transnordestina Logística, controlada pela Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), apenas 600 quilômetros dos mais de 1,7 mil quilômetros previstos foram finalizados até o momento.

Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) lembrou que o governo liberou os investimentos necessários para a conclusão da obra desde que a revisão do contrato foi feita, em 2013. Ele lamentou o novo atraso e

defendeu o fim da concessão.

— Temos que rescindir o contrato. Essa é uma obra pública por sua natureza. É convocar a Valec e fazer essa obra pela Valec. Não dá mais para aceitar que vamos ter que esperar mais 10 anos para ver a ferrovia concluída — disse Bezerra.

O diretor-presidente da Transnordestina Logística, Jorge Luiz de Mello, afirmou que o financiamento privado é essencial para garantir a conclusão da obra e evitar o desperdício do dinheiro já investido.

— Se for decretada uma caducidade e os contratos caírem, a CSN terá que pagar

R\$ 3,4 bilhões de garantias que ela colocou. Ou ela paga ou as garantias serão executadas.

Autor do pedido para a audiência, Armando Monteiro (PTB-PE) criticou o novo arranjo contratual proposto.

— Essa concessão foi construída na presunção de que o parceiro estratégico era o concessionário. A visão é de que a Transnordestina Logística e, mais do que isso, a própria CSN, era o parceiro estratégico que à época justificou todo esse processo que nós construímos. A concessionária agora subordina sua visão em relação à continuidade da obra à busca de novos parceiros, sobretudo parceiros privados.

De acordo com o diretor de Programa no Departamento de Infraestrutura de Logística do Ministério do Planejamento, Otto Burlier, um grupo interministerial analisa as sugestões de alteração no projeto sugeridas pela concessionária. Uma delas é a conclusão prioritária da ligação até o Porto de Pecém, o que desagrada a bancada de Pernambuco. Os senadores pernambucanos exigem que a ligação ao Porto de Suape seja concluída primeiro.

A representante da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), Lorena Duarte, disse que a agência instaurou um processo administrativo para apurar as razões que levaram ao atraso das obras.

O secretário de Fomento e Parcerias do Ministério dos Transportes, Dino Batista, admitiu que a declaração de caducidade do contrato é uma possibilidade.

— O que se tem hoje é uma tentativa de salvar a continuidade do projeto via concessão. Existem outras alternativas. Uma é a rescisão do contrato, que é, tecnicamente, a caducidade daquela concessão — explicou Dino Duarte.

Comissão Mista de Orçamento adia votação dos dois últimos relatórios setoriais

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) adiou a votação dos relatórios de Transportes e de Defesa e Justiça. São os dois últimos documentos setoriais do Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2019 (PLN 27/2018). O prazo para votar o Orçamento — incluindo alterações a pedido do próximo governo — ficou menor.

A previsão era de que todos os relatórios setoriais seriam votados até 28 de novembro,

quando o senador Waldemir Moka (MDB-MS), apresentaria seu relatório geral.

Também há na pauta da comissão 13 relatórios de auditorias de obras pelo Tribunal de Contas da União (TCU) apontando indícios de irregularidades graves. Nenhum deles conta com parecer de parlamentares indicando se a obra receberá ou não verbas orçamentárias em 2019.

Havia a possibilidade de o

governo de transição enviar ao Congresso uma mensagem propondo as alterações que achasse necessárias ao Orçamento de 2019, o que não ocorreu. Para o senador João Capiberibe (PSB-AP), relator setorial de Meio Ambiente, o futuro governo perdeu a oportunidade de elaborar o Orçamento que executará.

— Não se faz política sem dinheiro, sem Orçamento. O governo Temer abriu as por-

tas para Bolsonaro tomar pé e poder adaptar o Orçamento de 2019. Entretanto, o futuro ministro da Economia, Paulo Guedes, simplesmente ignorou esta oferta. Isso me parece uma manifestação de distanciamento do novo governo em relação ao Parlamento — disse.

Para a relatora setorial de Ciência, Tecnologia e Comunicações, senadora Ana Amélia (PP-RS), o próximo governo “sabe o que está correndo”.

— Paulo Guedes teve mais de uma reunião com o presidente do Senado, Eunício Oliveira. Também se reuniu com o presidente da CMO, o deputado Mário Negromonte Jr [PP-BA] — declarou.

A CMO tem de concluir a análise dos relatórios setoriais nesta semana para que o relatório geral seja votado. Em seguida, o Orçamento seguirá para o Congresso, que deve votá-lo até 22 de dezembro.

É preciso regulamentar o lobby, dizem debatedores

Em audiência para comemorar o Dia Internacional de Combate à Corrupção, promovida ontem pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), os senadores Randolfe Rodrigues (Rede-AP) e Ana Amélia (PP-RS) defenderam a regulamentação do lobby no Brasil.

A definição de regras para as atividades de grupos de interesse junto ao poder público é uma das *Novas Medidas contra a Corrupção*, documento que reúne 70 propostas de aprimoramento da legislação e das ações anticorrupção no país. A intenção é dar transparência à atividade e evitar que a interação entre o poder público e grupos de interesse seja canal para esquemas de corrupção.

— Há um preconceito inaceitável nesta Casa em entender que lobby é para defender

interesses. Ora, a coisa mais transparente que tem é você clarear isso. As instituições fazem lobby aqui: o Ministério Público, o Judiciário, os empresários, os sindicalistas, todos fazem lobby aqui — disse a senadora Ana Amélia.

Na opinião de parlamentares e de especialistas convidados para o debate, é perfeitamente aceitável que qualquer grupo da sociedade civil se organize para buscar o apoio do Executivo ou do Legislativo para um projeto de seu interesse. Eles citaram os Estados Unidos, no qual o lobby é uma atividade regulamentada e controlada. No Brasil, sem a regulamentação, esse tipo de interação entre grupos de interesse e poder público abre caminho para crimes como o tráfico de influência e o pagamento

de propinas a autoridades, afirmaram os especialistas.

Para a representante da Controladoria-Geral da União, Cláudia Taya, regulamentar o lobby é uma forma de dar transparência às agendas de interesse e prevenir corrupção.

— As autoridades hoje precisam, pela lei de conflito de interesses do Executivo federal, dar transparência às suas agendas. Precisamos conseguir colocar ali: essa organização representa que grupo? Para quê? É legítimo, mas é preciso dar transparência — disse.

No Senado, uma proposta de emenda à Constituição (PEC 47/2016) que regulamenta o lobby aguarda designação de relator na CCJ. Dois outros projetos com o mesmo teor estão prontos para a pauta do Plenário da Câmara.

Ana Amélia pede educação para combater a corrupção

Ana Amélia (PP-RS) destacou ontem a importância do combate à corrupção. O assunto foi debatido hoje em audiência na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) que marcou o Dia Internacional de Combate à Corrupção, comemorado em 9 de dezembro. Para a senadora, três pontos são importantes para debelar o problema da sociedade: a desburocratização, a regulamentação do lobby e a educação.

— Não adianta querermos reduzir a corrupção se nós não mudarmos a cultura. E a cultura começa pela educação, da base.



Waldemir Baretto/Agência Senado

Dário Berger afirma que país tem que reduzir burocracia

Dário Berger (MDB-SC) afirmou ontem que o futuro governo tem um grande desafio pela frente: enfrentar os obstáculos que impedem o desenvolvimento do Brasil, como a burocracia e a insegurança jurídica.

Para o senador, o excesso de normas e de órgãos provoca insegurança jurídica, uma vez que aumenta a chance de decisões conflitantes pela administração pública.

— Estima-se que as empresas têm de lidar com mais de 4 mil normas tributárias todos os meses. Somos uma pátria com um pé no futuro e outro acorrentado ao passado.



Waldemir Baretto/Agência Senado

Prazo para Plano Agrícola e Pecuário vai a Plenário

Projeto aprovado ontem na Comissão de Agricultura define que o Executivo deve apresentar anualmente ao Congresso documento sobre a safra dos anos corrente e posterior até o dia 15 de abril

A COMISSÃO DE Agricultura e Reforma Agrária (CRA) aprovou ontem projeto que obriga o governo a apresentar até o dia 15 de abril de cada ano o Plano Agrícola e Pecuário. O documento deverá versar sobre as safras do ano corrente e do ano subsequente. O PLC 114/2017 segue para análise em Plenário.

Do deputado Jerônimo Górgen (PP-RS), a proposta acrescenta dispositivo à Lei 8.171, de 1991, que trata da política agrícola. A lei já estabelece que o planejamento agrícola seja feito, de forma democrática e participativa,

por meio de planos nacionais de desenvolvimento agrícola plurianuais, planos de safras e planos operativos anuais, mas não determina prazos.

O prazo proposto, 15 de abril, é o mesmo previsto para o Poder Executivo encaminhar ao Congresso Nacional a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Os recursos destinados ao Plano Agrícola e Pecuário deverão estar dentro dos limites estabelecidos pela legislação orçamentária.

O relator, Ronaldo Caiado (DEM-GO), considerou fundamental a adoção de um planejamento de longo prazo que

permita a tomada de decisões adequadas para a agropecuária.

“É justo reconhecer que o Plano Agrícola e Pecuário, sendo um dos principais instrumentos de política pública voltada a essas atividades, torna-se dispositivo central para a definição das condições de acesso ao crédito rural, das modalidades financeiras e dos montantes disponíveis”, avalia Caiado. Assim, continua, o projeto “representa um significativo avanço em direção à previsibilidade desejada”.

O senador Waldemir Moka (MDB-MS) foi o relator substituto na CRA.

Avança isenção de PIS/Pasep e Cofins para milho em grão

A suspensão da incidência do PIS/Pasep e da Cofins sobre as vendas de milho em grãos e derivados foi aprovada ontem na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA).

O PLS 117/2018, de Cidinho Santos (PR-MT), propõe a isenção para o milho por razões de “justiça e isonomia”, uma vez que o benefício tributário já ocorre para a soja e seus derivados.

“Essa diferença não se justifica, na medida em que ambos os complexos (soja e milho) contribuem de forma equivalente tanto no incremento da mão de obra direta ou indireta quanto na produção de alimentos para o consumo humano (óleos de soja e de milho) e de insumos para outras cadeias do agronegócio (farelos de soja e de milho para o consumo animal)”, argumenta o senador.

Cidinho considera a medida fundamental para viabilizar a produção de etanol a partir do milho, que já está

sendo realizada em quatro usinas em Mato Grosso.

“Diante desse cenário, é premente a necessidade de se dar especial atenção à produção de etanol e seus coprodutos a partir da transformação de milho, como política de desenvolvimento, pois esse é o caminho mais lógico e eficiente para se agregar valor e verticalizar nossa produção agropecuária” afirma.

O relator na CRA, senador Wellington Fagundes (PR-MT), avaliou a medida como de “suma importância” para a cadeia do agronegócio, devido aos contínuos ganhos de produtividade que as culturas de milho e soja vêm apresentando no país. Ele acatou emendas de Lúcia Vânia (PSB-GO), que incluem o farelo de germe de milho e outros derivados do cereal entre os produtos beneficiados pela isenção.

O projeto segue para a decisão terminativa da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Subsídio para energia em irrigação pode ser ampliado

Uma proposta que estende aos fins de semana e feriados o desconto na tarifa de energia elétrica incidente sobre as atividades de agricultura irrigada e aquicultura foi aprovada ontem na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA). O projeto segue para a Comissão de Infraestrutura (CI).

O PLC 60/2018, do deputado Dr. Jorge Silva (SD-ES), altera a Lei 10.438, de 2002. Atualmente a norma autoriza o desconto das tarifas das 21h30 às 6h, independentemente se for dia da semana, fim de semana ou feriado.

Com o projeto, o desconto nos fins de semana será concedido no período de 40 horas, compreendido das 14h de sábado às 6h de segunda-feira. Nos feriados nacionais, o benefício valerá

no período ininterrupto de 24 horas de sua duração.

Para o relator, Valdir Rapp (MDB-RO), a concessão de desconto atual acarreta elevado custo para agricultores que não dispõem de sistemas automatizados de bombeamento na captação de água e irrigação. Segundo ele, a medida vai proporcionar maior flexibilidade para definir escala de trabalho, menor custo de mão de obra e melhor qualidade de vida aos produtores.

— Acho esse projeto muito inteligente e interessante, pois abre a possibilidade de produtores que têm dificuldade de subsistência poderiam negociar a tarifa mais proveitosa para produzir no fim de semana, e não só à noite, como é hoje — disse Rapp.



O prazo para governo encaminhar o plano agrícola ao Congresso coincide com o limite para a entrega da LDO

Comissão aprova isenção de registro para cultivares

O produtor de flores que desenvolver uma nova cor de azaleia, violeta, orquídea ou astromélia, por exemplo, pode ser liberado da inscrição do produto no Registro Nacional de Cultivares (RNC). A determinação está prevista em projeto aprovado ontem na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA). O texto segue para votação no Plenário.

O PLC 88/2014 modifica a Lei 10.711, de 2003, que regulamenta o Sistema Nacional de Sementes e Mudas, para desobrigar os produtores de registrar as cultivares de plantas e flores ornamentais de domínio público. Fica mantida a exigência de inscrição para plantas com direito de patente.

Um cultivar resulta do melhoramento de uma variedade de planta e difere das demais

na cor, no porte ou em outra característica, em razão de uma nova combinação do material genético.

O projeto atende reivindicação dos produtores de plantas ornamentais, setor pressionado por tendências de mercado em termos de novas colorações e formatos de plantas, um dinamismo incompatível com a lentidão do processo de registro de cultivares, argumenta o autor, o deputado Junji Abe (MDB-SP).

Mercado

Conforme o autor, o valor comercial de plantas ornamentais oscila de acordo com as tendências de mercado, sendo, portanto, inadequado equiparar o setor aos cultivos agrícolas comerciais.

O relator, senador Ronaldo Caiado (DEM-GO), também

relatou o texto na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Lá, alterou a proposta e incluiu a medida em favor dos produtores de plantas ornamentais em dispositivo da lei, o mesmo que desobriga o registro de sementes tradicionais e crioulas, e não em novo parágrafo, como previa o autor do projeto.

“A desoneração da obrigatoriedade do cadastramento no Registro Nacional de Cultivares daquelas plantas e flores ornamentais que não se encontram sob o regime de proteção do direito de uso instituído pela Lei de Proteção de Cultivares (Lei 9.456, de 1997) beneficia um setor que gera emprego e renda no campo e na cidade, sem prejuízos aos detentores de direitos intelectuais sobre cultivares protegidas”, defende Caiado.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Eunício Oliveira
Primeiro-vice-presidente: Cássio Cunha Lima
Segundo-vice-presidente: João Alberto Souza
Primeiro-secretário: José Pimentel
Segundo-secretário: Gladson Cameli
Terceiro-secretário: Antonio Carlos Valadares
Quarto-secretário: Zeze Perrella
Suplentes de secretário: Eduardo Amorim, Sérgio Petecão, Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Angela Brandão
Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Silvio Burl
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Sá
Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editora-chefe: Fernanda Vidigal

Edição e revisão: Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller, Mayra Cunha, Pedro Pincer e Thâmara Brasil

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Avança regra de produção urbana de orgânicos

Projeto que incentiva cultivo de alimentos orgânicos e plantas medicinais nas cidades foi aprovado pela Comissão de Meio Ambiente e agora segue para votação no Plenário

O PLENÁRIO DEVE votar projeto que regulamenta a produção orgânica de alimentos, plantas ornamentais e medicinais e a criação de pequenos animais em terrenos urbanos desocupados de propriedade de particulares ou da União. O PLS 353/2017 foi aprovado ontem na Comissão de Meio Ambiente (CMA).

O objetivo do autor da proposta, Eduardo Braga (MDB-AM), é regulamentar a agricultura orgânica urbana, com diretrizes gerais e instrumentos de organização e incentivo para essa atividade.

O texto destaca a integração de moradores, a promoção da agricultura familiar, a geração de emprego e renda, a redução do descarte de entulhos em terrenos baldios e o incentivo à separação de resíduos orgânicos e à compostagem.

Uma das emendas ao texto dá prioridade na ocupação dos espaços ociosos aos produtores que fazem reuso da água

para irrigação e aos que usam como adubo a fração orgânica de resíduos sólidos urbanos.

Em relatório favorável, Regina Sousa (PT-PI) observa que a agricultura urbana contribui para a produção de alimentos de melhor qualidade, em razão do uso reduzido de defensivos agrícolas.

“O cultivo de imóveis urbanos ociosos contribui para a segurança alimentar, geração de emprego e renda, especialmente em regiões mais pobres. A produção obtida geralmente é consumida pelos agricultores e vendida em mercados populares, portanto transportadas e refrigeradas por pouco tempo. Essas mercadorias possuem a vantagem de serem mais frescas e mais saudáveis, pois é comum que não se utilizem agrotóxicos”, diz a senadora no texto.

Para organizar a atividade agrícola nas cidades, o projeto prevê a elaboração pelos municípios de cadastro e



A relatora na CMA, Regina Sousa, defende a alta qualidade dos alimentos orgânicos produzidos nas cidades

banco de dados para oferecer informações sobre imóveis urbanos disponíveis, agricultores urbanos interessados e localização das feiras.

Além da garantia da compra dos produtos pelo governo, o texto também cria incentivos fiscais, financeiros e creditícios visando tornar a produção

agrícola nas cidades mais competitiva.

Pronaf

A equiparação do agricultor urbano ao familiar prevista permite o acesso a linhas de crédito com taxa de juros reduzidas, como o Programa Nacional de Fortalecimento da

Agricultura Familiar (Pronaf) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

Para incentivar os proprietários de terrenos ociosos a disponibilizá-los para os cultivos orgânicos nas cidades, é vedada a fixação de moradia por agricultores que explorem imóveis de terceiros.

Colegiado confirma exclusão de silvicultura da lista de poluidores

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) confirmou a aprovação do projeto que modifica a Política Nacional do Meio Ambiente (Lei 6.938) para excluir a silvicultura, ou o cultivo de árvores florestais, da lista de práticas poluidoras e prejudiciais ao meio ambiente.

A proposta também isenta a atividade da Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental. O PLS 214/2015 segue agora para a Comissão de Meio Ambiente (CMA).

O projeto, de Alvaro Dias (Pode-PR), foi aprovado em 2015 na CRA. Em junho, recebeu decisão terminativa na CMA e deveria seguir para a Câmara dos Deputados, mas houve recurso para análise em Plenário, onde foram apresentadas emendas.

Relator do projeto na CRA, Waldemir Moka (MDB-MS) rejeitou as duas emendas e defendeu a aprovação definitiva do texto nos moldes do relatório aprovado na comissão há três anos.

— O que temos hoje de floresta plantada neutraliza a

poluição de todas as indústrias do estado de São Paulo. Como uma atividade dessa pode ser considerada poluidora? — argumentou.

Moka lembrou que o plantio comercial de árvores contribui para redução de gases de efeito estufa e para sistemas de produção que protegem o solo, como os que integram lavoura, pecuária e floresta, nos moldes da Lei 12.805, de 2013 (Política Nacional de Integração Lavoura-Pecuária-Floresta).

O senador afirmou ainda que as empresas ligadas à silvicultura seguem a legislação em vigor, atendendo a critérios de certificação e práticas que promovem a recuperação de áreas degradadas e formação de corredores ecológicos.

Cobrada de todas as atividades consideradas potencialmente poluidoras e que utilizam recursos naturais, a Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental é usada para custear ações de fiscalização do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

Matrícula de imóvel rural pode ser simplificada

Projeto que altera o Código Florestal para retirar a exigência de averbação da cota de reserva ambiental na matrícula do imóvel foi aprovado ontem na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA).

As cotas de reserva ambiental representam áreas “excedentes” de vegetação nativa em uma propriedade que podem ser usadas para compensar a falta de reserva legal em outra.

Segundo o autor do PLS

251/2018, Wellington Fagundes (PR-MT), a exigência na matrícula do imóvel não é condizente com o tratamento simplificado que o Código Florestal (Lei 12.651, de 2012) estabeleceu para a reserva legal, cujo registro passou a ser feito apenas no Cadastro Ambiental Rural (CAR).

O relator, Valdir Raupp (MDB-RO), disse que o texto, originário da avaliação de políticas públicas elaborada pela CMA em 2017, poderá contribuir para conciliar a

preservação ambiental com a produção agropecuária.

“Concordamos que essa exigência, conforme atualmente disposta em lei, não condiz com as características e funções que a nova lei florestal imprimiu às áreas de reserva legal, que não precisam mais ser averbadas na matrícula do imóvel, conforme previsto no antigo Código Florestal”, afirma.

O projeto segue agora para a Comissão de Meio Ambiente (CMA).

Compra de leite em programa deve aumentar

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) aprovou ontem emenda da Câmara dos Deputados a projeto que estabelece limite mínimo de aquisição de leite no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) do governo federal. Conforme a emenda, o limite mínimo passa a ser de 35 litros diários. O texto segue ao Plenário com pedido de urgência.

De Cássio Cunha Lima (PSDB-PB), o projeto original

(PLS 186/2015) aumentava para 150 litros o limite mínimo diário a ser adquirido de pequenos produtores de leite pelo governo.

Na avaliação do autor do projeto, o programa é importante, mas o limite em vigor impede um maior desenvolvimento da atividade leiteira em sua região, afetando principalmente produtores que realizam maiores investimentos em suas propriedades.

A relatora da proposta,

Ana Amélia (PP-RS), diz reconhecer o mérito da proposta original. A senadora, no entanto, alegou “limitação orçamentária” e equilíbrio entre as diversas formas de compra do PAA para apoiar a modificação da Câmara.

“Nesse sentido, o limite de 35 litros por dia, proposto e aprovado pela Câmara dos Deputados, mostra-se mais factível e com menor potencial de afetar significativamente outras modalidades do PAA”, registra Ana Amélia.

Aviso de escassez de água em rótulos de produtos de limpeza pode ser estendido

A Comissão de Meio Ambiente (CMA) aprovou ontem projeto que estende até o fim de 2018 prazo para fabricantes de materiais de limpeza advertirem nos rótulos dos produtos que há risco de escassez de água.

A lei original sobre o tema (Lei 13.233,

de 2015) previa o prazo de um ano para as empresas adequarem seus rótulos sobre o desperdício. No final de 2016, a Câmara dos Deputados estendeu o prazo no caso dos produtos já comercializados. Em 2017, o projeto (PLC 37/2017) chegou ao Senado e uma

emenda na CMA alargou o prazo por mais um ano.

A relatora, Regina Sousa (PT-PI), considerou insuficiente a prorrogação e disse que ficariam “na clandestinidade” os produtos que atualmente estão à venda sem seus rótulos atualizados.

Ao ler ontem seu relatório, a senadora afirmou que essa regularização é inócua, pois quase é impossível para a fiscalização identificar situações pretéritas de vendas de produtos em desconformidade com a lei. A proposta ainda será votada pelo Plenário.

Comissão aprova abono salarial para educação

Profissionais da educação básica poderão receber abono quando 60% dos recursos do Fundeb não tiverem sido usados para pagar pessoal

A COMISSÃO DE Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem o projeto que estende o abono proveniente do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) a todos os profissionais da educação, até mesmo aos que não compõem as carreiras do magistério.

O relator, senador Cristovam Buarque (PPS-DF), votou favoravelmente ao PLS 387/2018, do senador Eduardo Braga (MDB-AM). O relatório foi lido pelo senador Garibaldi Alves Filho (MDB-RN) e o



Projeto dá garantia jurídica ao pagamento de abono a professores e outras categorias profissionais da educação

projeto ainda será analisado na Comissão de Educação (CE), em caráter terminativo.

A proposta modifica a Lei do Fundeb para determinar que

poderá ser pago abono aos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício na rede pública quando não atingido o índice

mínimo de 60% dos recursos do fundo destinados a esse fim.

Os demais recursos não vinculados à remuneração dos profissionais do magistério

também poderão ser usados para estender o pagamento do abono aos demais profissionais da educação, mesmo aos que não são professores.

O mérito da proposta, de acordo com Cristovam Buarque, consiste em preencher lacuna na regulamentação do Fundeb, tornando juridicamente embasado o pagamento do abono aos profissionais do magistério, no âmbito de cada ente federado, quando o índice mínimo de 60% do fundo — criado pela Emenda Constitucional 53 — não for atingido.

Além disso, conforme explica o relator, o projeto confere garantia jurídica à decisão de cada ente federado sobre a extensão do abono a todos os profissionais da educação básica pública em efetivo exercício de suas atividades.

Vai a Plenário proposta sobre faltas escolares

Projeto que determina a notificação imediata aos conselhos tutelares, no caso de as faltas escolares de aluno do ensino fundamental ou do médio ultrapassarem em 30% o percentual permitido na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB — Lei 9.394, de 1996) foi aprovado ontem na Comissão de Educação (CE). Hoje o procedimento é previsto somente quando o número de faltas ultrapassa o limite em 50%. O PLC 89/2018 é de autoria da deputada Keiko Ota (PSB-SP).

Pela LDB, um aluno não pode ser aprovado no ano letivo caso apresente uma quantidade de faltas superior a 25% das horas-aula. A lei também determina que cada escola tem a obrigação

de acompanhar a frequência de seus alunos durante todo o ano letivo, de acordo com o planejamento estabelecido pela respectiva secretaria de Educação, reportando aos pais e ao conselho tutelar no caso de faltas reiteradas.

O relatório aprovado foi feito por Cristovam Buarque (PPS-DF) e lido por José Medeiros (Pode-MT). O texto destaca que a evasão escolar e a repetência tornaram-se dois graves problemas da educação brasileira, especialmente no ensino médio, e são ocasionadas em grande parte por faltas excessivas e pelo desinteresse dos alunos no conteúdo das aulas.

— O Estado precisa ser atuante na redução do número de faltas dos estudantes. E essa atuação tem que ocorrer

antes que as faltas em excesso levem à repetência ou, até pior, ao desligamento do aluno. O conselho tutelar é justamente o órgão público encarregado pela sociedade de atuar na proteção dos direitos das crianças e adolescentes. Assim, sua notificação em caso de faltas escolares, quando superiores a 30% do percentual permitido em lei, e não mais quando passarem de 50%, permitirá uma atuação antecipada, reduzindo com isso a repetência e a evasão — afirmou Medeiros.

Por sugestão do senador, a comissão aprovou pedido de urgência na análise pelo Plenário. Caso seja aprovado sem alterações, o texto seguirá para a sanção da Presidência da República.

Compra de merenda poderá dar preferência a produção solidária

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) aprovou ontem projeto que dá preferência em compras para a merenda escolar de produção rural em regime de economia solidária. A intenção é que os alimentos servidos nas escolas contribuam para incentivar a economia solidária e de cooperativas regionais. O texto (PLS 292/2018) segue para a decisão final da Comissão de Educação (CE).

A Lei 11.947, de 2009, que institui o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) já incentiva a compra de produtos da agricultura familiar, dos empreendedores familiares rurais, das comunidades tradicionais

indígenas e das comunidades remanescentes de quilombos. O projeto, de Otto Alencar (PSD-BA), inclui a economia solidária nas preferências.

“Não se pode negar atenção à importância para a sustentabilidade advinda da economia solidária, que opera por meio de organizações que se estruturam na forma de autogestão, promovendo a solidariedade e a justiça dentro dos sistemas produtivos”, destaca Otto na justificativa.

Para o relator, Wellington Fagundes (PR-MT), o projeto está alinhado com o dever do Estado de apoiar a educação básica pública e de promover o desenvolvimento sustentável.

Relatório sobre MP dos Museus pode ser votado

A comissão mista da medida provisória que cria a Agência Brasileira de Museus (Abram), em substituição ao Instituto Brasileiro de Museus (Ibram), deve votar hoje o relatório da proposição (MP 850/2018).

Ontem a reunião da comissão foi suspensa à espera de entendimentos com o governo para votação do relatório da senadora Lídice da Mata (PSB-BA), ao qual foram apresentadas 69 emendas.

O governo insiste na criação da Abram, enquanto representantes da área cultural, servidores públicos e membros da comissão mista defendem a manutenção do Ibram, que será instinto com a aprovação do parecer. Eles reivindicam também a criação de legislação especial de contratação para o instituto,

como regra de exceção à Lei de Licitações (8.666, de 1993), no que se refere a compras ordinárias, e a proibição de contingenciamento das verbas destinadas a museus.

Presidente da comissão mista, o deputado Paulo Teixeira (PT-SP) aposta no entendimento para votação do relatório, embora ache estranha a insistência do governo em votar o texto no final desta 55ª legislatura.

— De que o governo discorda? O governo quer criar a Abram e colide com os servidores do Ibram, que entendem que a agência subtrai competências do instituto. Difícil aprovar sem ser por acordo — afirmou.

O prazo de vigência da MP 850/2018, já prorrogado, expira em 18 de fevereiro de

2019. O colegiado promoveu duas audiências públicas para debater a medida, com a participação de representantes do governo, dos museus e especialistas do setor.

Incêndio

A MP foi editada pelo presidente Michel Temer em 11 de setembro passado, dias após o incêndio que consumiu a sede do Museu Nacional, localizado na Quinta da Boa Vista, em São Cristóvão, Zona Norte da cidade do Rio de Janeiro.

Pela medida provisória, a nova agência deverá aperfeiçoar os modelos de gestão e de preservação do patrimônio cultural brasileiro reunido em museus do país. Para isso, a Abram firmará contrato de gestão com o Poder Executivo federal.

Ângela defende projeto que dá direitos a quem usa transporte aéreo

Ângela Portela (PDT-RR) pediu ontem a aprovação de projeto de sua autoria que defende os direitos dos usuários dos transportes aéreos. A senadora denunciou os abusos cometidos pelas poucas empresas que dominam o setor no Brasil, entre eles, a súbita interrupção de serviços, a supressão de frequências, o cancelamento de voos e a cobrança adicional por serviços essenciais.

— Queremos combater, portanto, práticas extremamente danosas aos consumidores adotadas pelas empresas aéreas na defesa exclusiva de seus próprios interesses.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Humberto diz que fim do Ministério do Trabalho é desastroso

Humberto Costa (PT-PE) criticou ontem a extinção do Ministério do Trabalho anunciada pelo futuro governo. As funções serão divididas entre os Ministérios da Justiça, da Economia e da Cidadania.

Para o senador, os danos podem ser desastrosos para os trabalhadores, principalmente num momento de alto desemprego. Ele salientou que o próximo passo deverá ser o fim da Justiça do Trabalho.

— Estão dando fim há anos de conquistas históricas e lançando os trabalhadores ao completo desalento, ao total desamparo legal.



Waldemir Barreto/Agência Senado